



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONVÊNIO Nº 01/2023

CONVÊNIO TRE-RO Nº 01/2023

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO
N. 0001149-03.2022.6.22.8000**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
TRE-RO E O SINDJUS/DF, PARA
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES
MENSIS DOS SERVIDORES DO TRE-RO
FILIAIS AO SINDICATO DOS
SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO
DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF.**

De um lado a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado **CONVENIENTE**, e, de outro lado, o **SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL (SINDJUS/DF)**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 26.446.781/0001-36, situado no SCN, Qd 01, Bl C, Salas 201 a 208, Edifício Brasília Trade Center, CEP: 70.711-902, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 3212-2604 / (61) 3212-2613, e-mail(s): gerencia.administrativo@sindjusdf.org.br / sindjus@sindjusdf.org.br / secretaria@sindjusdf.org.br, neste ato representado por seu Representante Sindical, senhor **JOSÉ RODRIGUES COSTA NETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG ***.049-SSP/PI e do CPF ***.529.343-**, Telefone(s): (61) 3212-2613 / (61) 99233-9356, e-mail(s): jcostaneto2@gmail.com, assim como representado por seu Representante Sindical, senhor **ANDERSON FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG ****284-SSP/DF e do CPF ***.752.305-**, Telefone(s): (61) 99247-6463, e-mail(s): anferreirix@gmail.com, doravante denominado **CONVENIADO**, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante autorização constante no Despacho n. 421/2023/GABDG, de 24/04/2023 (evento [1001435](#)) e consoante as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a autorização para consignação em folha de pagamento das contribuições mensais dos servidores do TRE-RO filiados ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF.

Subcláusula Primeira - As consignações em folha, objeto do presente instrumento, serão FACULTATIVAS e obedecerão ao disposto na legislação pertinente, e serão descontadas, sob a autorização prévia e formal dos interessados.

Subcláusula Segunda - Poderão ser contribuintes, devidamente sindicalizados/associados, os servidores ativos, inativos e pensionistas da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

Subcláusula Terceira – No Anexo I deste instrumento foi reproduzido o Plano de Trabalho relativo ao presente objeto, juntado no evento [0956797](#) do Processo respectivo.

DOS VALORES

CLÁUSULA SEGUNDA – Os valores das contribuições a título de mensalidade, devidos pelos servidores do TRE-RO ao CONVENIADO deverão ser informados previamente ao CONVENIENTE, com prévio conhecimento do servidor, com o registro de que não haverá ônus financeiro ao TRE-RO.

DO REPASSE

CLÁUSULA TERCEIRA - A relação discriminativa dos valores a serem consignados ao CONVENIADO deverá ser entregue ao TRE-RO até o 5º



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(quinto) dia útil do mês referente à consignação, sob pena de ser objeto de desconto na folha de pagamento do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - O CONVENIENTE recolherá ao CONVENIADO, mensalmente, o total de consignações recolhidas em nome do Conveniado SINDJUS/DF.

Subcláusula única - Os dados bancários para repasse pelo TRE-RO para o SINDJUS/DF das contribuições em favor do CONVENIADO são: **Banco: SICOOB n. 756, Agência: 4041, Conta: 8.387-9, CNPJ: 26.446.781/0001-36, Favorecido: SINDJUS.**

DAS CONSIGNAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA - A soma mensal das consignações facultativas não excederá a 40% (quarenta por cento) da remuneração mensal, provento ou pensão civil, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito, ficando excluída da soma o valor pago a título de contribuição para prestação de serviços de saúde, de acordo com as regras da Instrução Normativa 003/2009/TRE-RO, com a redação conferida pela Instrução Normativa 05/2022/TRE-RO.

CLÁUSULA SEXTA. As consignações facultativas poderão ser canceladas:

- I** – por interesse da Administração deste Tribunal;
- II** – por interesse do Consignatário, expresso por meio de solicitação formal acompanhada de ciência do Consignado; e
- III** – a pedido do Consignado, acompanhado de comprovante de ciência da entidade Consignatária, mediante expediente dirigido à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Subcláusula Primeira - Independentemente do instrumento celebrado entre o consignatário e o consignante, será deferido pedido de cancelamento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consignação formulado pelo servidor, com cessação do desconto no mês em que for formalizada a solicitação ou no mês subsequente, na hipótese de já estar concluído o processamento da folha de pagamento.

Subcláusula Segunda - As consignações previstas no inciso III somente poderão ser canceladas com prévia concordância do servidor e do consignatário.

Subcláusula Terceira - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do TRE-RO por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo consignado junto ao CONVENIADO.

Subcláusula Quarta - Serão recusados os encaminhamentos de valores a serem consignados que não se coadunem com os termos autorizados pelo consignado ou que se refiram a serviços diversos daqueles especificados no presente instrumento.

Subcláusula Quinta - É vedado qualquer tipo de ressarcimento, compensação, encontro de contas ou acertos financeiros, em folha de pagamento, entre consignatário e consignado que resulte em créditos nas fichas financeiras do servidor ou pensionista.

Subcláusula Sexta - No caso de desconto indevido, o servidor deverá formalizar termo de ocorrência junto à Secretaria de Gestão de Pessoas a que esteja vinculado, no qual constará a sua identificação funcional e exposição sucinta dos fatos.

Subcláusula Sétima - A comprovação de que a consignação tenha sido processada com vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude impõe ao titular da Secretaria de Gestão de Pessoas, ou seu substituto, o dever de cancelar a consignação e promover a apuração da irregularidade, quando for o caso.

Subcláusula Oitava - O processamento das consignações facultativas de que trata este instrumento poderá ser objeto de ressarcimento de seus custos administrativos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Nona - Os valores decorrentes do ressarcimento de que trata o *caput* serão destinados a um fundo próprio consoante regulamentação específica.

Subcláusula Décima - As partes se comprometem a guardar sigilo das informações e dos dados postos a sua disposição para a execução deste instrumento, não podendo serem cedidos a terceiros ou divulgados de qualquer forma, sem a anuência expressa dos envolvidos.

DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

CLÁUSULA SÉTIMA – Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o CONVENIENTE fica obrigada a comunicar o fato ao CONVENIADO, imediatamente.

Subcláusula única – A responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base os benefícios concedidos por meio deste instrumento, será assumido inteiramente pelo ex servidor ou por seus representantes legais para esse fim constituídos, podendo ao CONVENIADO, a seu critério, respeitando os termos descritos no Contrato assinado particularmente com cada um dos servidores-clientes interessados, valer-se de todos os meios jurídicos disponíveis para obter a importância devida.

DA GRATUIDADE DESTE INSTRUMENTO E DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES AO TRE-RO

CLÁUSULA OITAVA – Este instrumento é realizado em caráter gratuito entre as partes acordantes e cada uma das PARTES arcará exclusivamente com as despesas inerentes às obrigações por elas assumidas neste instrumento.

Subcláusula Primeira – O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade por inadimplência ou por descumprimento de qualquer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compromisso financeiro ou obrigacional contraído pelos beneficiários das consignações indicadas neste instrumento, ofertadas pelo SINDJUS/DF.

Subcláusula Segunda – O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade por eventual dano que quaisquer beneficiários deste instrumento ou terceiros causem ao SINDJUS/DF.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – Este instrumento terá a vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da última assinatura entre as partes acordantes (Conveniente ou Conveniado) via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e não poderá ser prorrogado.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente instrumento poderá ser alterado em seus termos ou condições, mediante solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e condicionado ao comum acordo entre as partes, mediante formalização do respectivo Termo Aditivo.

DA DENÚNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O não cumprimento, total ou parcial, deste instrumento por qualquer das partes, ensejará a sua denúncia pela parte prejudicada, com sua rescisão, mediante prévia comunicação escrita à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à parte denunciada o direito à reclamação ou indenização pecuniária.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente instrumento poderá ser rescindido por ambas as partes, a qualquer tempo, devendo a outra parte ser



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comunicada por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte o direito à reclamação ou indenização pecuniária.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - No TRE-RO, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão realizadas pelo(a) titular da Coordenadoria Técnica de Pagamento – COTEP, ou por seu substituto, na sua ausência, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO e em suas alterações, cujo contato pode ser feito por meio do telefone (69) 3211-2020 e do e-mail institucional cotep@tre-ro.jus.br, na forma do *caput* do art. 117 da Lei 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - São obrigações do CONVENENTE:

- a) Operacionalizar, na forma estabelecida neste instrumento, a consignação ao CONVENIADO dos valores relativos aos descontos, em folha de pagamento, desde que observados todos os requisitos e limites estabelecido no presente instrumento; e
- b) Fiscalizar o cumprimento dos dispositivos do presente instrumento.

Subcláusula única – O CONVENENTE não será, em qualquer hipótese, avalista, fiador em garantia ou subscritor de proposta de concessão de empréstimo, financiamento e operação de *leasing* para qualquer servidor.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - São obrigações do CONVENIADO:

- a) Fornecer ao TRE-RO todos os dados relativos à identificação de cada consignante, bem como o valor da contribuição mensal a ser descontada em folha de pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Assumir, juntamente com o consignante, todas as obrigações decorrentes da contribuição mensal, resolvendo com o servidor, por via amigável ou judicial, quaisquer dissídios eventualmente registrado; e
- c) Comunicar tempestivamente ao CONVENIENTE qualquer modificação nas normas que regem o objeto deste instrumento, o que ensejará assinatura de termo aditivo próprio.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O presente instrumento é celebrado com fundamento legal no art. 184 da Lei 14.133/2021, e aplicam-se a este e aos casos omissos, no que couber, as demais disposições das Leis mencionadas, assim como dos Decretos Federais 3.297/1999 e 8.690/2016, da Instrução Normativa 003/2009/TRE-RO, e, subsidiariamente, da Lei 10.406/2002 (Código Civil brasileiro).

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia (DJE), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em sítio eletrônico oficial, na forma dos arts. 91 e 94 da Lei 14.133/2021.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021, o Foro legal para solucionar as questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinada pelas partes acordantes e pelas testemunhas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, abril de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO	
JOSÉ RODRIGUES COSTA NETO Pelo SINDJUS/DF	ANDERSON FERREIRA DA SILVA Pelo SINDJUS/DF
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: ***.434.482-** Testemunha

ANEXO I DO CONVÊNIO TRE-RO N. 01/2023

PLANO DE TRABALHO COTEP 0956797 (evento [0956797](#))

**CONVÊNIO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO
DAS CONTRIBUIÇÕES MENSAS DOS SERVIDORES
SINDICALIZADOS**

Interessado
SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL - SINDJUS/DF CNPJ: 26.446.781/0001-36 SDS ed. Venâncio V, Bl. R, salas 108/114, Brasília - DF Dados Bancários:
Objeto
Consignação em folha de pagamento das contribuições mensais dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia a sindicatos e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

associações de classe.	
Meta	
Ampliar a liberdade associativa dos servidores do TRE-RO.	
Etapas de Execução	
Execução Contínua.	
Previsão do período de execução do objeto	
Início previsto: março de 2023	
Término previsto: fevereiro de 2028	
Plano de recursos financeiros e cronograma de desembolso	
Não se aplicam.	
	Documento assinado eletronicamente por RUBEM PINTO DE MELO, Coordenador(a) , em 28/02/2023, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao informando o código verificador 0956797 e o código CRC FA9805D7 .



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/04/2023, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON FERREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RODRIGUES COSTA NETO, Usuário Externo**, em 03/05/2023, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 03/05/2023, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 03/05/2023, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1003366** e o código CRC **1D784456**.

0001149-03.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0001016-92.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP.

ASSUNTO: Minuta de convênio – Consignação em folha de pagamento - Contribuições mensais dos servidores do TRE-RO filiados ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF - ANÁLISE.

PARECER JURÍDICO Nº 83 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado na Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP para averiguar a regularidade do registro da representação sindical dos servidores do TRE-RO junto à Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, conforme Termo de Abertura ([0817713](#)).

02. Após regular instrução, o assunto foi objeto do detalhado e substancioso Parecer Jurídico da AJSGP n. 7/2022 ([0901013](#)), o qual, no que relevante a esta análise, concluiu:

a) **ABRANGÊNCIA DO PARECER CCIA N. 42/2009 (evento 0545311) EM DESCONTOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PARA ENTIDADES SINDICAIS, DEVENDO-SE UTILIZAR O CONVÊNIO COMO INSTRUMENTO NECESSÁRIO PARA FORMALIZAR AS CELEBRAÇÕES DE AJUSTES COM ÓRGÃOS, ENTIDADES, INSTITUIÇÕES, PÚBLICAS OU PRIVADAS, E**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE PARA EFETIVAR TAIS DESCONTOS CONSIGNADOS, COM O CONSEQUENTE REPASSE/TRANSFERÊNCIA DE VALORES, MEDIANTE PRÉVIA E FORMAL AUTORIZAÇÃO DO SERVIDOR INTERESSADO, nos termos do item 26 acima;

b) **RECONHECIMENTO DO SINDJUS-DF (SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL) COMO ENTIDADE SINDICAL REPRESENTATIVA DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA**, nos termos do item 56 acima;

(...)

03. Após acolhimento do referido parecer pelo Secretário da SGP, inclusive com determinações dele decorrentes ([0901104](#)) e manifestação favorável da senhora Diretora-Geral, na mesma linha ([0912282](#)), a questão foi submetida à deliberação do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal, o qual, de igual forma, por meio da Decisão n. 53/22 ([0947264](#)), acolheu na íntegra as conclusões do citado parecer homologou as providências já adotadas pela SGP, na qual ficou consignado, entre outros comandos:

(...)

Após as diligências conclui-se **que a entidade sindical representante das servidoras e servidores do Tribunal é o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS-DF); que é necessária a realização de convênio para descontos consignados em folha de pagamento, referentes a entidades sindicais**; e ficaram esclarecidos os reflexos da alteração da representação sindical com relação a processos judiciais. (sem destaques no original)

(...)

04. A partir da referida deliberação presidencial, o processo foi instruído com os documentos necessários à formalização do convênio, sendo nele juntados:

I - Cópia do Estatuto do SINDJUS/DF ([0950374](#)), ata de posse da Diretoria Colegiada ([0950392](#)) e documentos pessoais dos dirigentes ([0950392](#));

II - inscrição no CNPJ do SINDJUS/DF ([0955416](#)), certificado de regularidade do FGTS, **vencida em 5/1/2023** ([0955420](#)), Certidão Positiva com efeitos de negativa de tributos federais e dívida ativa da União ([0955427](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0955436](#)) e consulta ao CADIN ([0956617](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Plano de Trabalho de execução contínua do convênio pretendido, que tem como meta "Ampliar a liberdade associativa dos servidores do TRE-RO", com prazo de vigência até fevereiro de 2017 ([0956797](#)).

05. Por meio do Despacho n. 90/2023 ([0983731](#)), o titular da SGP manifestou sua concordância à formalização do convênio pretendido. Assim, pelo Despacho n. 457/2023 ([0983791](#)) o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **SECONT** para elaboração de minuta de instrumento de convênio e a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

06. Após diligências da SECONT ([0989683](#)), devidamente cumpridas, veio ao processo a minuta do instrumento ([0991300](#)), que foi objeto de diligência desta unidade jurídica ([0997800](#)), desaguando na nova minuta do instrumento de convênio juntada no evento [0999085](#). É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001149-03.2022.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

09. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da necessária análise da minuta pela Assessoria Jurídica - Art. 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021:

10. Os instrumentos contratuais não estão listados entre aqueles que integram a fase de planejamento da contratação, os quais devem ser submetidos ao controle de legalidade da Assessoria Jurídica na forma do **art. 53 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021**. Contudo, o § 4º desse mesmo dispositivo determina que o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará o controle prévio de legalidade** das contratações diretas, **acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos**. Veja-se:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

12. Diferentemente do que fazia a **Lei n. 8.666/93** - que em seu **artigo 116** traçava contornos mínimos, embora de forma bastante precária, dos convênios firmados pelos entes da Administração Federal, sendo a matéria tratada de forma mais detalhada pelo **Decreto Federal n. 6.170**, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, mas que trata exclusivamente dos ajustes na modalidade onerosa e que, portanto, não se aplica ao caso em análise - a **Lei n. 14.133/2021** sequer trouxe dispositivos semelhantes, resumindo-se a anunciar a aplicação subsidiária de suas regras aos convênios e demais ajustes congêneres firmados pela Administração, veja-se:

Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal. (sem destaques no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2 Do cabimento do instrumento de convênio da regular a relação jurídica entre as partes interessadas:

13. Inicialmente, cabe registrar que *convênio*, segundo **Sidney Bittencourt**, em sua obra **Contratos da Administração Pública**, pode ser conceituado como um "*acordo celebrado entre entidades da Administração Pública ou entre estas e entidades privadas, com objetivo de concretizarem interesse comum, no qual não há qualquer tipo de contraprestação, mas tão-somente a mútua colaboração.*" Por sua vez, não havendo o novo regime jurídico da Lei n. 14. 133/2021 inovado na temática dos convênios - aliás, como visto no item anterior deste parecer, sequer tratou da matéria, mesmo de forma precária, como fazia o regime revogado - tem-se como plenamente aplicável os entendimentos construídos sobre o Instituto ainda no regime da Lei n. 8.666/93.

14. Assim, para não ser repetitivo, cita-se excerto (item 26) do Parecer Jurídico da AJSGP n. 7/2022 ([0901013](#)), o qual, registra que o TCU concluiu pela legitimidade do **convênio** como instrumento jurídico utilizado nos ajustes com instituições financeiras para empréstimos consignados e orientação da CCIA deste Tribunal, no Parecer n. 042/2009 (evento [0545311](#) do Processo SEI n. [0001080-15.2015.6.22.8000](#)), no sentido de que deve-se utilizar o mesmo instrumento jurídico para formalizar as celebrações de ajustes com órgãos, entidades, instituições, públicas ou privadas, e associações de classe para fins de descontos em folhas de pagamento dos servidores, como no caso em análise, com o consequente repasse/transferência de valores e mediante prévia e formal autorização do servidor interessado, inclusive para se manter o princípio da isonomia, devendo-se, ainda, observar as orientações contidas no citado parecer da CCIA, aplicando-se, no que couber, a Instrução Normativa STN n. 01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, com posteriores alterações/atualizações. Nesses termos, tratando-se de parecer já acolhido pela Administração Superior, esta unidade não entrará no mérito do tipo de instrumento adotado para regular a relação das partes interessadas, até porque, registra-se, também entende que o convênio é, de fato, o instrumento adequado para tanto.

3.3 Da forma e conteúdo do instrumento de convênio - Aplicação subsidiária do art. 92 e 105 da Lei n. 14.133/2021:

15. Em relação à forma, embora se trate de instrumento jurídico cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolverá responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

juntada pela SECONT ([0999085](#)) está alinhada, no que compatível com as disposições do art. 92 da Lei n. 14.133/2021 - e demais disposições - que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção. (sem destaques no original)

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Acerca do conteúdo do instrumento, que diz respeito aos elementos específicos do convênio que será firmado pelo TRE-RO com o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS/DF) **tem-se as seguintes disposições:**

a) Título: redação adequada;

b) Preâmbulo: redação adequada;

c) Objeto: redação adequada, com o registro da finalidade do convênio, consistente na autorização para consignação em folha de pagamento das contribuições mensais dos servidores do TRE-RO filiados ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF;

Verifica-se a menção nesta cláusula ao **plano de trabalho** do convênio, trazido ao processo por meio do evento [0956797](#).

d) dos valores: redação adequada, devendo-se registrar que não haverá ônus financeiro ao TRE-RO;

e) Do repasse: redação adequada;

f) Das consignações: a redação está adequada; contudo, verifica-se que a SECONT utilizou a redação original do art. 7º da Instrução Normativa TRE-RO n. 003/2009. Ocorre que o limite máximo das consignações foi recentemente alterado neste Tribunal, para adequá-lo ao texto da Lei n. 14.509, de 27 de dezembro de 2022, por meio da Instrução Normativa TRE-RO n. 005/2022, veja-se:

INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE-RO N. 5/2022

Art. 1º Os arts. 7º e 15 da Instrução Normativa n. 003, de 7 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º A soma mensal das consignações facultativas não excederá a 40% (quarenta por cento) da remuneração mensal, provento ou pensão civil, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para:

(...)

Dessa forma, deverá a SECONT adotar a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - A soma mensal das consignações facultativas não excederá a 40% (quarenta por cento) da remuneração mensal, provento ou pensão civil, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito, ficando excluída da soma o valor pago a título de contribuição para prestação de serviços de saúde, de acordo com as regras da IN TRE-RO n. 03/2009, com a redação conferida pela IN TRE-RO n. 05/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g) **Do desligamento do servidor:** redação adequada;
- h) **Da gratuidade e isenção de de responsabilidade do TRE-RO:** redação adequada;
- i) **Da vigência:** redação adequada;
- j) **Das alterações:** redação adequada;
- k) **Da denúncia:** redação adequada;
- l) **Da rescisão:** redação adequada;
- m) **Da gestão e fiscalização:** redação adequada;
- n) **Das obrigações do TRE-RO:** redação adequada;
- o) **Das obrigações do SINJDUS/DF:** redação adequada;
- p) **Das publicação:** redação adequada;
- q) **Da foro:** redação adequada.

17. Em suma, por seu **conteúdo**, no que relevante, verifica-se que as atribuições da Justiça Eleitoral disciplinadas no documento sob exame, são adequadas às finalidades que se pretende atingir, consistente no procedimento de consignação em folha de pagamento das contribuições mensais dos servidores do TRE-RO filiados ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF.

IV – DA CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, verifica-se que a parceria buscada por meio do Convênio, encontra-se em conformidade com os parâmetros normativos da **Lei n. 14.133/2021**. Por fim, constata-se a **legitimidade das partes**, claramente dirigidas à realização dos desideratos legal-institucionais das duas instituições interessadas.

19. Quanto à publicação de seu extrato, a cláusula décima oitava já analisada prescreve que será realizada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em sítio eletrônico oficial, na forma dos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/2021, homenageando, portanto, o **Princípio da publicidade**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. Destarte, para cumprimento do art. § 4º do art. 53 da Lei 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica **CONCLUI PELA LEGALIDADE** dos termos da minuta do instrumento de convênio juntada no evento [0999085](#), estando apto a desencadear o ajuste proposto. **Contudo, conforme registrado no item 16, alínea "f", deste parecer, previamente a sua assinatura pelas partes, deverá a SECONT ajustar a redação da CLÁUSULA QUINTA, adotando aquela ali indicada.**

A apreciação da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 17/04/2023, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1000124** e o código CRC **79916114**.

0001149-03.2022.6.22.8000

1000124v23

PROCESSO: 0001149-03.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO

ASSUNTO: Minuta de convênio – Consignação em folha de pagamento - Contribuições mensais dos servidores do TRE-RO filiados ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 421 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo que visa à formalização de convênio entre o SINDJUS/DF - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal e este Tribunal, tendo por objeto a autorização para consignação em folha de pagamento das contribuições mensais dos servidores do TRE-RO filiados àquele sindicato, na esteira da Decisão n. 53 ([0947264](#)).

Por meio da Decisão n. 53 ([0947264](#)), o Excelentíssimo Presidente deste Tribunal acolheu na íntegra as conclusões do Parecer Jurídico da AJSGP n. 7/2022 ([0901013](#)); homologou as providências já adotadas pela SGP ([0901104](#)), consignando, entre outros comandos:

(...)

Após as diligências conclui-se que a entidade sindical representante das servidoras e servidores do Tribunal é o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS-DF); que é necessária a realização de convênio para descontos consignados em folha de pagamento, referentes a entidades sindicais; e ficaram esclarecidos os reflexos da alteração da representação sindical com relação a processos judiciais.

(...)

A partir da referida deliberação presidencial, o processo foi instruído com os documentos necessários à formalização do convênio, sendo nele juntados: I - Cópia do Estatuto do SINDJUS/DF ([0950374](#)), ata de posse da Diretoria Colegiada ([0950392](#)) e documentos pessoais dos dirigentes ([0950392](#)); II - inscrição no CNPJ do SINDJUS/DF ([0955416](#)); certificado de regularidade do FGTS, **vencida em 5/1/2023** ([0955420](#)), Certidão Positiva com efeitos de negativa de tributos federais e dívida ativa da União ([0955427](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0955436](#)) e consulta ao CADIN ([0956617](#)); e III - Plano de Trabalho de execução contínua do convênio pretendido, que tem como meta "Ampliar a liberdade associativa dos servidores do TRE-RO", com prazo de vigência até fevereiro de 2027 ([0956797](#)).

Por meio do Despacho n. 90/2023 ([0983731](#)), o titular da SGP manifestou sua concordância à formalização do convênio pretendido. Assim, pelo Despacho n. 457/2023 ([0983791](#)) o titular da SAOFC determinou o envio do processo à SECONT para elaboração de minuta de instrumento de convênio.

A SECONT elaborou a minuta de convênio de evento n. [0991300](#), elaborada em cumprimento à determinação constante no evento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [0983791](#), e com base nas informações constantes no evento n. [0956797](#), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0991301](#)).

Instada, e após a solicitação de diligência entendida necessária ([0997800](#)), a AJSAOFC concluiu pela legalidade dos termos da minuta do instrumento de convênio juntada no evento n. [0999085](#), registrando estar apto a desencadear o ajuste proposto, pontuando ajustes a serem procedidos pela unidade de contratos, nos termos do item 16, letra "f", do Parecer Jurídico n. 83 ([1000124](#)).

À vista disso, a SECONT juntou nova minuta de instrumento de convênio n. [1000766](#), contendo os ajustes recomendados.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável à celebração do convênio pretendido ([1000853](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Primeiramente, cabe registrar que a parceria buscada por meio do Convênio que se pretende firmar encontra normatização no art. 184 da Lei n. 14.133/2021, o qual anuncia a aplicação subsidiária de suas regras aos convênios e demais ajustes congêneres firmados pela Administração.

Verifica-se, nos termos do bem lançado Parecer Jurídico n. 83/2023 ([1000124](#)), que o convênio pretendido reúne as condições para sua aprovação, bem como as partes encontram-se no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Em relação à forma, embora se trate de instrumento jurídico cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque não envolverá responsabilidade de natureza econômico-financeira, a minuta juntada pela SECONT ([1000766](#)) - contendo os ajustes recomendados pela AJSAOFC ([1000124](#)) - está alinhada, no que compatível com as disposições do art. 92 da Lei n. 14.133/2021 - e demais disposições - que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos.

Vale registrar que o referido ajuste será realizado em caráter gratuito, ficando este Tribunal isento de responsabilidade, por inadimplência ou por descumprimento do compromisso, financeiro ou obrigacional, contraído pelos beneficiários das consignações indicadas no Acordo, conforme CLÁUSULA OITAVA, subcláusula primeira, da minuta.

Assim, pela competência delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, bem como vislumbrando a possibilidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

jurídica, **AUTORIZO** a celebração de Termo de Convênio entre este Tribunal e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal, consoante minuta contendo os ajustes recomendados pela AJSAOFC ([1000766](#)), condicionada à prévia atualização das certidões negativas fornecidas, determinando a lavratura do Termo de Convênio e a publicação do seu extrato no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em sítio eletrônico oficial, na forma dos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/2021, em homenagem ao princípio da publicidade.

À SAOFC para continuidade.

Após, à SGP/COTEP para gestão e fiscalização do ajuste.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 24/04/2023, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1001435** e o código CRC **15D1C2FB**.